

A importância da Psicopedagogia na educação básica como paradigma de uma cidadania ativa¹

Claudemiro Godoy do Nascimento*

Resumo

Neste trabalho, procura-se discutir acerca da educação para a cidadania, bem como a análise de sua dimensão política como práxis do cotidiano da sociedade brasileira. Procura-se fazer um diálogo epistemológico com a Psicopedagogia e seu papel na sociedade como ciência que auxilia a realidade socioeducativa dos sujeitos da história. Sabe-se que a educação para a cidadania é uma tentativa de fazer com que haja maior conscientização da sociedade, a fim de que ela assuma as responsabilidades sociais e políticas que lhe cabem. Resta saber qual é o papel da Psicopedagogia nessa perspectiva da educação como prática de cidadania. Palavras-chave: Educação. Cidadania. Psicopedagogia.

1 EDUCAÇÃO E CIDADANIA: A PRÁXIS POLÍTICA DAS CATEGORIAS

Nesse início de século, muitas propostas de conteúdos e metodologias estão em debate no campo educacional, em especial, nos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm orientado a atuação dos professores, ao lado das propostas elaboradas em cada estado e município do país. Poderíamos pensar que a dinâmica societária tem suscitado mudanças na educação, e que os sujeitos que fazem a educação escolar são desafiados na construção de um processo educativo que ultrapassa os limites da dimensão transmissora de conteúdos, presente durante décadas no Brasil.

* Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília (UNB); Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2005; Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás, em 1999; Graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia Santa Úrsula, em 2005; professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT); Endereço: QR. 202, Conjunto 2, Casa 10; CEP 72316-088; Telefone (61) 3458-1579; Samambaia, DF; claugnas@globo.com

Inúmeros acontecimentos oriundos da dinâmica societária atual propiciaram a ampliação do debate a respeito da educação e da cidadania. Entre tais acontecimentos, temos as lutas em prol da ampliação do número de vagas nas escolas, as lutas por melhorias salariais e os congressos nacionais e internacionais, focalizando uma sociedade menos desigual, assim como fóruns sociais, a exemplo do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, pela quarta vez em 2005. Poderíamos seguir com os exemplos, no entanto temos como objetivo apontar idéias e questionamentos acerca do tema Educação e Cidadania numa perspectiva psicopedagógica.

Iniciamos com uma breve interrogação: o que é pedagogia? O que é cidadania? Algumas palavras-chave surgem para trilhar o caminho de nossa intervenção, entre elas: prática educativa, gestão escolar, ensino e administração, por exemplo, como referência para a palavra pedagogia. Quanto à cidadania, as terminologias direitos, deveres, participação, coletivo e consciência compõem o cenário conceitual provisório.

Num primeiro momento, cabe perguntarmos qual é o sentido deste tema “Educação e Cidadania”, na atualidade, para os pedagogos e aqui especificamente psicopedagogos, ou seja, ambos educadores e educadoras. Podemos lembrar Ghiraldelli Júnior (1987, p. 8) quando afirma que “[...] pedagogia está ligada ao ato de condução ao saber [...] tem, até hoje, a preocupação com os meios, com as formas e maneiras de levar o indivíduo ao conhecimento.”

Sabemos que, na Grécia Antiga, a pedagogia era a atividade do escravo que conduzia as crianças aos locais de estudo, onde os preceptores forneceriam a instrução, o estudo. A pedagogia, desde a sua origem, possui relação com a ação educativa, com os objetivos e as maneiras de ensinar. Podemos afirmar que a concepção de educação norteará os objetivos e os caminhos utilizados na prática educativa. É possível lembrarmos ao menos duas concepções de educação, há quase meio século estudada por Paulo Freire, que são: a concepção bancária da educação, da qual Paulo Freire é crítico e a concepção dialógica ou problematizadora, defendida pelo mesmo autor.

Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire apresenta as características da concepção bancária de educação, afirmando que esta serve como instrumento de opressão de uma classe sobre outra. A relação professor – aluno apresenta-se de forma hierarquizada e distanciada, e os alunos recebem uma formação educativa do tipo reprodutora de conhecimentos. Tanto o professor quanto

o aluno não são sujeitos no processo de construção do conhecimento. O professor é um transmissor, enquanto que o aluno é um receptor, tal como um banco, no qual os depósitos são realizados. No contexto da concepção problematizadora ou libertadora de educação, há predomínio da dialogicidade, que tem início na busca pelo conteúdo programático (temas geradores). Paulo Freire enfoca a colaboração no processo de construção de conhecimentos e a investigação constante. Estaríamos diante de uma concepção de educação que propiciaria processos de conscientização e de libertação dos sujeitos no processo educativo. Esse complexo de relações pautadas na dialogicidade contribuiria para a efetivação da cidadania, uma vez que possibilitaria o reconhecimento intersubjetivo por parte dos sujeitos participantes do processo educativo, construindo assim o sentimento de respeito e identidade.

Nos anos 90, o campo educacional foi marcado pela aprovação da LDB/96 e pela difusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais e neles os Temas Transversais. Tomando como referência as duas concepções é que focalizaremos o tema Educação e Cidadania, entendendo sua concepção pedagógica como o conjunto de conhecimentos que possibilita construir conhecimento sobre a prática educativa (efetivação e análise). Podemos questionar quais são os fatores que contribuem para a elaboração e divulgação de propostas educacionais que se pautam nas discussões sobre ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, entre outros temas.

Os Temas Transversais fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, cuja preocupação é propor “[...] uma educação comprometida com a cidadania [...]”, baseados em princípios que possam orientar a educação escolar, como dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social (BRASIL, 1998, p. 21).

Conforme exposto no mesmo documento, os PCNs dizem que:

[...] a educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas possam ser incluídos. (BRASIL, 1998, p. 25).

Trata-se de um documento que possibilita diretrizes para o campo educacional, no entanto resta-nos indagar a respeito das concepções de educação e cidadania que vêm sendo construídas ou transmitidas nos cursos de Pedagogia e pelas interpretações das Secretarias de Educação do Estado (SEEs) e Secretaria Municipal de Educação (SME). Também, o sistema educacional brasileiro, ainda que tenha sofrido inúmeras modificações na década de 1990 (aumento de matrículas, elaboração de diretrizes curriculares, provas nacionais, programas de capacitação de professores, etc), está repleto de desafios, como os relacionados à formação do educador e sua educação continuada; o aumento do número de alunos nas salas de aulas; a sobrecarga de trabalhos dos professores, etc. Mesmo diante desses desafios, as mudanças no campo educacional são notórias, assim como as experiências educativas resguardam uma diversidade em cada região do país.

Há trinta anos, a educação escolar no Brasil era permeada pela reprodução de conteúdos, embasados principalmente nos livros didáticos, proliferava-se o conceito de cidadania outorgada. Nos dias atuais, os professores estão diante de uma “chuva” de propostas educativas e diretrizes curriculares, estão diante de uma realidade que lhes exige “tomada de posição” na seleção do conteúdo e metodologia de ensino. Assim, o trabalho com os temas transversais está na dependência da formação educacional obtida pelo professor. Também, está na dependência da organização de grupos de estudos em cada escola, portanto da construção de projetos individuais e coletivos. Aqui, poderia ter lugar a discussão a respeito das possibilidades da pesquisa no espaço escolar, tal como no dizer de Paulo Freire de que “ensinar exige pesquisa” tanto por parte do professor quanto do aluno, uma vez que uma das funções do educador é criar a atitude de pesquisa nos alunos.

Arroyo (1991, p. 74-75), ao discutir educação e cidadania, afirma que:

[...] é fundamental captar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes.

Tomando como referência Arroyo (1991) e pensando que o campo de atuação do pedagogo e do psicopedagogo está sendo ampliado, na atualidade, cabe indagar a respeito da responsabilidade do educador (gestor, docente ou técnico)

com o processo educativo. Indagar a respeito da concepção de educação e de mundo que o educador possui é primordial quando nos propomos a refletir acerca da educação e cidadania. Refletir a respeito do sentido da prática educativa e como esta contribui com os processos de transformação das relações educativas e sociais é questão primordial para o educador.

Covre (1991, p. 66) aponta que “[...] é preciso haver uma educação para a cidadania [...] é preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar.” Já, Machado (1997, p. 47) nos faz pensar uma concepção de cidadania que ultrapassa o estatuto dos direitos formalmente garantidos e comenta a necessidade de superação dos discursos sobre educação para a cidadania. Ele trabalha com a idéia de projetos coletivos no campo educacional, afirmando que “[...] nada parece mais característico da idéia de cidadania do que a construção de instrumentos legítimos de articulação entre projetos individuais e coletivos.” Temos constatado, em nossas escolas, a ampliação do número de projetos escolares, oriundos de programas, tais como “Escola Ativa” ou dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, como esse de Silvânia. No entanto, resta analisar os conteúdos e implicações deste trabalho no contexto escolar. Muitos professores ampliam a sua visão de mundo, quando desenvolvem projetos de pesquisa escolares, embora alguns estejam apenas interessados na obtenção dos certificados para aquisição de ascensão de nível na carreira.

Freire (1997, p. 110) destaca que “[...] ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.” Portanto, ensinar exige uma tomada de posição, ao que Paulo Freire denomina de “opção”, uma vez que toda ação é política. O importante é saber se a ação estará contribuindo para a reprodução ou desmascaramento de idéias, fatos e acontecimentos.

Conforme afirma Nilson Machado (1997, p. 68) “[...] educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo.” Nesse sentido, a afirmação de Covre (1991) não é divergente de Machado (1997), uma vez que ambos estão salientando a importância dos espaços educativos que propiciem um contato ou a construção de conhecimentos relacionados aos direitos, ou melhor, à

idéia de que os direitos existem e de que novos direitos são elaborados à medida que a dinâmica societária aponta temas emergentes (necessidades e carências) do debate a respeito da cidadania planetária – direitos sociais e ambientais, sustentabilidade do futuro, igualdade e liberdade acrescidos do direito à diferença, conforme afirma Scherer-Warren (1999).

Ainda, no campo educacional, temos participado de ações caracterizadas como voluntariado (Amigos da Escola), bem como de programas de renda mínima (a exemplo da Bolsa Escola), que colocam uma idéia de cidadania não como algo conquistado ou a conquistar, mas como um dever de cidadão. São ações que estão relacionadas à idéia de participação, no entanto constituem espaços em construção que podem caminhar para o lado da participação-presença (ajuda) ou para o lado da participação efetiva (influenciar, propor alternativas para o contexto no qual a ação está sendo desenvolvida).

No campo da educação, numa perspectiva psicopedagógica, inúmeras possibilidades são abertas nesse início de século, entre elas, a atuação do profissional no campo empresarial, nos movimentos sociais, nas Organizações Não-governamentais, além do espaço escolar. Assim, a adoção da perspectiva da pesquisa no processo de formação do pedagogo e psicopedagogo propiciará que estes construam elementos-chave para a sua futura atuação profissional. Os motivos que nos levam à abordagem da pesquisa no campo educacional estão relacionados com a idéia de autonomia, ética, comprometimento, competência e autoridade por parte do profissional da educação. O profissional da educação terá possibilidades de ampliar a sua visão e a dos alunos, a respeito de cidadania, quando ele tiver noções claras a respeito do que seja cidadania. A busca constante de informações e inquietações propiciará um caminhar na efetivação da cidadania. Para além das noções de direitos humanos, a cidadania está vinculada à idéia de participação e ação coletiva, pois é no âmbito do grupo e das relações sociais nele propiciadas que emergirão identidades, reivindicações, desmascaramentos de idéias, organizações sociais, etc. No campo educativo, os projetos coletivos escolares constituem possibilidades para a efetivação da cidadania ativa, como construção de conhecimentos, de atitudes, de posturas e valores, além da possibilidade de romper paradigmas.

Para concluir esse primeiro momento, utilizaremos a noção de cidadania como estratégia política, conforme afirma Evelina Dagnino (1994, p. 103):

[...] ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade [...] as aspirações e crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador.

Dagnino (1994) destaca que a cidadania está ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, expressa na luta por direitos; expressa novas dimensões a respeito da democracia e organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social.

Ao analisar o conceito de cidadania e a sua expressão na sociedade, Dagnino (1994) faz uma opção pelo olhar da “cidadania construída”, assim a menção aos movimentos sociais como fundamentais no processo de efetivação da cidadania e da sua construção da noção teórica. Assim, cabe ao educador a sua opção, ou seja, difundir a idéia de cidadania outorgada (oferecida, permitida) ou cidadania como conquista, oriunda das lutas sociais com caráter de classe ou não, a exemplo dos movimentos ambientalistas, movimento de mulheres, negros, homossexuais, entre outros.

2 A PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento e atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio – família, escola e sociedade – no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia ocupa-se da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu em virtude da existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo, assim, uma prática.

A Psicopedagogia vem criando a sua identidade e campo de atuação próprios, que estão sendo organizados e estruturados, especialmente pelas produ-

ções científicas que referenciam o campo do conhecimento e pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Kiguel (1983) ressalta que a Psicopedagogia se encontra em fase de organização de um corpo teórico específico, visando à integração das ciências pedagógicas, psicológica, fonoaudiológica, neuropsicológica e psicolinguística para uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem humana.

O objeto de estudo desse campo do conhecimento é a aprendizagem humana e seus padrões evolutivos normais e patológicos. É necessário comentar que a Psicopedagogia é comumente conhecida como aquela que atende crianças com dificuldades de aprendizagem. É notório o fato de que as dificuldades, distúrbios ou patologias podem aparecer em qualquer momento da vida e, portanto, a Psicopedagogia não faz distinção de idade ou sexo para o atendimento. Atualmente, a Psicopedagogia vem se firmando no mundo do trabalho e se estabelecendo como profissão.

O Projeto de Lei 3.124/97 do Deputado Barbosa Neto (hoje ex-deputado), que prevê a regulamentação da profissão de psicopedagogo e que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia, ainda tramita na Câmara dos Deputados em Brasília na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

A regulamentação da profissão ocorrerá para o nível de especialização, e o projeto já foi aprovado na Comissão do Trabalho e na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Historicamente, segundo Bossa (2000), os primórdios da Psicopedagogia ocorreram na Europa, ainda no século XIX, evidenciados pela preocupação com os problemas de aprendizagem na área médica.

Acreditava-se, na época, que os comprometimentos na área escolar eram provenientes de causas orgânicas, pois procurava-se identificar no físico as determinantes das dificuldades do aprendente. Com isso, constituiu-se um caráter orgânico da Psicopedagogia.

De acordo com Bossa (2000), a crença de que os problemas de aprendizagem eram causados por fatores orgânicos perdurou por muitos anos e determinou a forma do tratamento dada à questão do fracasso escolar até bem recentemente.

Nas décadas de 40 a 60, na França, a ação do pedagogo era vinculada à do médico. No ano de 1946, em Paris, foi criado o primeiro centro psicopedagógico. O trabalho cooperativo entre médico e pedagogo era destinado a crianças com

problemas escolares, ou de comportamento e eram definidas como aquelas que apresentavam doenças crônicas como diabetes, tuberculose, cegueira, surdez ou problemas motores. A denominação “Psicopedagógico” foi escolhida, em detrimento de “Médico Pedagógico”, porque se acreditava que os pais enviariam seus filhos com menor resistência.

Em decorrência de novas descobertas científicas e dos movimentos sociais, a Psicopedagogia sofreu muitas influências. Em 1958, no Brasil, surge o Serviço de Orientação Psicopedagógica da Escola Guatemala, na Guanabara, Escola Experimental do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC (Inep). O objetivo era melhorar a relação professor – aluno.

Nas décadas de 50 e 60, a categoria profissional dos psicopedagogos organizou-se no país, com a divulgação da abordagem psiconeurológica do desenvolvimento humano. Atualmente, novas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, bem como inúmeras pesquisas sobre os fatores intra e extra-escolares na determinação do fracasso escolar contribuíram para uma nova visão mais crítica e abrangente.

O campo de atuação está se ampliando, pois o que inicialmente caracterizava-se somente no aspecto clínico (Psicopedagogia Clínica), hoje pode ser aplicado no segmento escolar (Psicopedagogia Institucional) e ainda em segmentos hospitalares, empresariais e em organizações que aconteçam a gestão de pessoas.

O aspecto clínico é realizado em centros de atendimento ou clínicas psicopedagógicas, e as atividades ocorrem geralmente de forma individual. O aspecto institucional, como já mencionado, acontecerá em escolas e organizações educacionais e está mais voltado para a prevenção dos insucessos relacionais e de aprendizagem, se bem que, muitas vezes, devemos considerar a prática terapêutica nas organizações como necessária.

A Psicopedagogia aplicada a segmentos hospitalares e empresariais está voltada para a manutenção de um ambiente harmônico e à identificação e prevenção dos insucessos interpessoais e de aprendizagem. Pode ser realizada de forma individual ou em grupo. É possível perceber que a Psicopedagogia também tem papel importante em um novo momento educacional, que é a inserção e manutenção dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular, comumente chamada de inclusão.

Entendemos que colocar o aluno com NEE em sala de aula, e não criar estratégias para a sua permanência e sucesso escolar inviabiliza todo o movimento nas escolas. Faz-se premente a necessidade de um acompanhamento e estimulação dos alunos com NEE para que as suas aprendizagens sejam efetivas.

Os psicopedagogos devem seguir certos princípios éticos que estão condensados no Código de Ética, devidamente aprovado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia, no ano de 1996.

O Código de Ética regulamenta as seguintes situações: os princípios da Psicopedagogia; as responsabilidades dos psicopedagogos; as relações com outras profissões; o sigilo; as publicações científicas; a publicidade profissional; os honorários; as relações com a educação e saúde; a observância e cumprimento do código de ética e as disposições gerais.

A Psicopedagogia Clínica deve ter como missão retirar as pessoas da sua condição inadequada de aprendizagem, dotando-as de sentimentos de alta auto-estima, fazendo-as perceber suas potencialidades, recuperando, dessa forma, seus processos internos de apreensão de uma realidade, nos aspectos: cognitivo, afetivo-emocional e de conteúdos acadêmicos. Por isso, podemos dizer, com toda a convicção, que a Educação proposta se revela como prática de inclusão social e de cidadanização das pessoas que estão à margem da sociedade. Portanto, o papel do profissional psicopedagogo deve desenvolver um serviço à comunidade. Entre as ações a serem desenvolvidas pelos psicopedagogos na sociedade, podemos destacar:

- a) avaliar e diagnosticar as condições da aprendizagem, identificando as áreas de competência e de insucesso do aprendente;
- b) realizar devolutivas para os pais ou responsáveis, para a escola e para o aprendente;
- c) atender o aprendente, estabelecendo um processo corretor psicopedagógico com o objetivo de superar as dificuldades encontradas na avaliação;
- d) orientar os pais quanto às suas atitudes com seus filhos, bem como os professores para com seus alunos;
- e) pesquisar e conhecer a etiologia ou a patologia do aprendente, com profundidade;

- f) realizar os encaminhamentos necessários para sanar a problemática evidenciada;
- g) oferecer cursos para a capacitação docente e de Psicopedagogia Preventiva.

Para a prática diagnóstica da(s) dificuldade(s) apresentada(s) pelos aprendentes, são considerados os seguintes aspectos:

- a) orgânicos e motores – dizem respeito à estrutura fisiológica e cinestésica do sujeito que aprende;
- b) cognitivos e intelectuais – dizem respeito ao desenvolvimento, à estrutura e ao funcionamento da cognição, bem como ao potencial intelectual;
- c) emocionais – ligados à afetividade e emotividade;
- d) sociais – relacionados ao meio em que o aluno se encontra;
- e) pedagógicos – estão incluídas as questões didáticas, ligadas à metodologia de ensino e de avaliação, nível e quantidade de informações, número de alunos em sala e outros elementos que dizem respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

Cabe destacar que cada área avaliada necessita de recursos, provas e testes específicos. De acordo com Bossa (2000), em geral, no diagnóstico clínico, ademais de entrevistas e análises, utilizam-se provas psicomotoras, provas de linguagem, provas de nível mental, provas pedagógicas, provas de percepção, provas projetivas e outras, conforme o referencial teórico adotado pelo profissional.

3 A PSICOPEDAGOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇO PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A partir da década de 1970, observamos que diferentes protagonistas, atores sociais, sujeitos coletivos e políticos estiveram presentes no cenário nacional brasileiro, por intermédio dos movimentos sociais pela redemocratização do país e pela consolidação e garantia de direitos, como os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, os movimentos populares, de gênero, étnicos, de meninos e

meninas que vivem nas ruas, movimento pela cidadania e ética na política, movimentos ecológico e ambientalista. Mais recentemente, tais atores sociais também estão articulados em redes, em fóruns e por meio de participações institucionalizadas em Organizações Não-governamentais, em conselhos gestores dos municípios, estados e federação e nas experiências de orçamento participativo, entre outras formas de organização, participação e gestão social.

Essas configurações da sociedade civil organizada têm expressado, desafiado e colocado propostas que se contrapõem ao processo de mundialização em curso encabeçado pela globalização do capital. Globalização esta que extermina, abafa e se apropria de bens culturais, recursos materiais locais e regionais, influenciando ou demandando influir na formulação e gestão das políticas públicas.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as diversas expressões da participação social dos sujeitos e atores coletivos, na contemporaneidade brasileira, têm ampliado e ocupado os “espaços públicos de se fazer política.” Consideramos, assim, que as experiências ou experimentos de participação social na atualidade têm trazido à política um novo significado: a política entendida como forma de sociabilidade (TELLES, 2000) tem provocado mudanças, inclusive, no sentido da democracia, desenvolvendo “[...] a idéia de que a democracia não é só um regime político, mas é um regime de vida.” (RIBEIRO, 2000).

Mas o que vem a ser movimento social? Podemos definir movimento social como um fenômeno de diversas facetas, que acompanha a história das diferentes sociedades, portanto, é mais apropriado tratar (no plural) de movimentos sociais relacionando-os ao cenário social do qual emergem; é também objeto de análise, está inserido num campo teórico que o descola, ao menos parcialmente, da realidade diversificada e, dessa forma, é possível ultrapassar as singularidades e particularidades de cada movimento social e abranger, num mesmo conceito, fenômenos empíricos muito variados.

Nesse sentido, o conceito de movimento social compreende tanto os movimentos sociais de caráter histórico como os da Antiguidade e da Idade Média: revolta de escravos, heresias e seitas sociais, levantes camponeses e outros, como os movimentos milenários do século XIX (HOBSBAWN, 1978); os motins rurais do século XVIII (RUDÉ, 1991); os movimentos socialistas e trabalhistas após a Revolução Industrial (HOBSBAWN, 1981, 1987; THOMPSON, 1987; CARONE, 1979); os movimentos de bairro ou populares urbanos, já na segunda metade

de século XX, acentuadamente após 1960 (CASTELLS, 1977, 1983; SINGER, 1983; GOHN, 1985, 1991; CAMACHO, 1987; MOISÉS, 1978; BOSCHI, 1987; KOWARICK, 1988); os movimentos brasileiros (rurais) dessas últimas décadas e anteriores (GRZYBOWSK, 1987; MARTINS, 1989; MEDEIROS, 1989); os denominados novos movimentos sociais, de mulheres, pacifistas, ecológicos, étnicos, etc., das últimas décadas do século XX (SCHERER-WARREN; KRISCHKE, 1987; OFFE, 1993). Por estarem presentes, de diversas formas, no decorrer da história de diferentes sociedades, podemos afirmar que os movimentos sociais não são fenômenos extravagantes ou excepcionais, ao contrário, são centrais, estão no cerne da vida social.

Os temas e as questões que envolvem o estudo sobre movimentos sociais ocupam um lugar privilegiado na teoria sociológica clássica e contemporânea. Basta lembrar que um dos aspectos essenciais na Sociologia, desde sua origem, é a análise das manifestações coletivas, sob forma de movimentos de massa, das revoltas, enfim, é a análise da multidão.

A multidão surge na sociedade civil, urbano-industrial, burguesa, capitalista. Aparece nas manifestações de camponeses, operários, populares, desempregados, miseráveis, fanáticos. Desde os começos da sociedade nacional, quando se rompem as relações, os processos e as estruturas que organizam o feudo, o grêmio, o convento, a aldeia, o vilarejo, desde então ela irrompe na sociedade, com a sociedade. Nos campos e cidades, nas casas de negócios e fábricas, nas ruas e praças, ela se torna uma realidade viva, forte, surpreendente, assustadora, deslumbrante. Cada corrente de pensamento sociológico procura compreender, explicar, exorcizar, dinamizar ou controlar a multidão, esse fenômeno que “[...] impressiona, desafia, assusta ou entusiasma.” (IANNI, 1988, p. 22).

Tais correntes teóricas apresentam uma variedade de conceitos sobre movimento social que quase nunca são comparáveis entre si, seja pelos próprios antagonismos e diferenças entre as correntes, seja porque os movimentos sociais constituem objetos que envolvem interesses e paixões (MELUCCI, 1997, p. 12). Assim, “[...] como a maioria das noções das ciências sociais, a de movimento social não descreve parte da realidade, mas é um elemento de um modo específico de construir a realidade social.” (RENON, 1996, p. 500).

Mas como abordar movimento social no contexto da Psicopedagogia? O que tem em comum a luta social dos movimentos com a atuação de um psicope-

dagogo? Gostaríamos de refletir a Psicopedagogia, além dos ambientes escolares, ou seja, a Psicopedagogia como pedagogia social, não-formal. A sociedade moderna apresenta demandas socioeducacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola. Apesar de ainda não esgotado o debate sobre a questão prioritária da educação escolar básica, essas novas demandas se incorporam aos desafios à formação do educador psicopedagogo, já que são crescentes as intervenções e ações educativas em âmbitos, meios e organizações diferenciados do sistema educacional. As perspectivas de educação permanente e educação ao longo da vida também ratificam a necessidade de discutirmos a educação além dos limites da escola. Dessa forma, a Psicopedagogia como Pedagogia Social insere-se no debate como a ciência que referenda políticas de formação do educador para atuar na área social e como prática intervencionista, justificando-se, assim, a dimensão teórico-prática nessa discussão.

A Psicopedagogia como Pedagogia Social apresenta-se, nos diferentes autores, como uma ciência que propicia a criação de conhecimentos, como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais.

Como ciência, traz implícitos critérios e paradigmas próprios das teorias e da metodologia das ciências. É ciência da Educação que se identifica com o saber que se constrói na Pedagogia e Psicopedagogia, dividindo espaço e diferenciando-se da Sociologia, da Antropologia e da História da Educação. Associada à Sociologia da Educação na metade do século XX, atualmente se especifica com clareza e distinção diante de outras áreas. O objeto formal da Psicopedagogia como Pedagogia Social é a intervenção na realidade, como ciência normativa, comprometida com o fazer. Apropria-se da análise de indivíduos e da sociedade desenvolvida por outras áreas. Necessita, portanto, de outras ciências que lhe dêem suporte à ação.

Ainda que as intervenções socioeducacionais estejam presentes em diferentes espaços formais e não-formais da educação, a expansão e a consolidação da Psicopedagogia ocorrem na educação não-formal. Essa educação não-formal que se amplia nas ofertas é o conjunto de processos, meios e instituições específicas organizadas em função de objetivos explícitos de formação ou instrução que não estão diretamente vinculados à obtenção de graus próprios do sistema edu-

cativo formal. É distinta da escola, mas é ato planejado, intencional e apresenta organização específica. Tal espaço está presente na LDB de 1996 que amplia a concepção de educação incluindo novos agentes e espaços educativos.

No Brasil, na década de 60, destacam-se os modelos de educação popular com a abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire para a educação de adultos. A pedagogia de Freire difundiu-se e influenciou nas campanhas de alfabetização. O método freiriano também se utiliza da psicopedagogia como instrumento de análise do educando e das relações de aprendizagem.

Como vem ocorrendo em outros países, a prática tem pressionado para que ampliemos o debate teórico. Assim, apesar de incipientes as discussões a respeito da área socioeducacional como um todo, alguns aspectos específicos apresentam avanços. Dessa forma, as intervenções não-formais, que no início estiveram relacionadas a projetos de educação popular desarticulados ou a projetos exclusivamente assistencialistas, têm se transformado e passam a incluir discussões sobre políticas sociais públicas para os setores específicos. A própria sociedade civil passa a participar desse debate, ainda que de maneira restrita e a assumir responsabilidades práticas.

Na América Latina, a educação popular amplia-se na atenção a estruturas sociais diversificadas e com projetos educacionais relacionando:

- a) programas relativos a populações indígenas, nativas, referentes a questões de língua, multiculturalismo, identidade étnica, resistência à assimilação da cultura dominante;
- b) programas de pesquisa participativa em ação de resgate à cultura e conhecimento popular para reapropriação do poder de grupos dominantes (de informação, de ideologia), apoiados na coerção e na força;
- c) programas de participação comunitária, de identificação de programas educacionais, envolvendo pais, professores e alunos;
- d) programas de educação popular relacionados a questões da terra, reforma agrária e educação rural;
- e) programas de formação política por meio de recursos e atividades educacionais – alfabetização e necessidades de classes marginalizadas – para organização e mobilização na contestação de estruturas sociais e o poder do Estado.

Além desses programas de educação não-formal, são desenvolvidos com enfoques diferenciados projetos que priorizam atenção às classes menos favorecidas, na questão da cidadania, na questão de carências urbanas e rurais e nas situações de vícios e dependência de drogas.

Inclui-se, também, como programas de educação não-formal, que poderão ser assumidos pela Psicopedagogia, as questões ecológicas, ambientais do trânsito, da terceira idade, das minorias (os sem-terra, os índios, a mulher, os negros, os presos, os hospitalizados), a questão cultural (desde o resgate de origens até a ampliação de horizontes), entre outras. Surgem outras demandas com atendimento em programas fora da escola regular formal; outras relacionadas a escolas de música, línguas, esporte e comunicação e, ainda, a questão da psicopedagogia na empresa, sob o enfoque de educação de adultos ou do treinamento de recursos humanos na perspectiva de modernização e formação de capital humano.

Devemos ressaltar que a construção da cidadania é papel do psicopedagogo e de sua atuação profissional. Distingue-se do trabalhador social pelo caráter de sua intervenção: como educador social atua no campo de intervenção socio-educativa, enquanto ao trabalhador social compete a assistência social, a análise sistemática da realidade, a coleta de dados e de informações que subsidiam a própria intervenção do educador social. Torna-se evidente o caráter interdisciplinar do trabalho social em ação. É a partir da integração em equipe, incluindo profissionais de diferentes áreas, que se viabilizam planos, programas, projetos de implementação, acompanhamento e avaliação nessa área.

Assim, podemos destacar algumas áreas de atuação não-formal para a ciência da Psicopedagogia, a saber:

- a) atenção à infância com problemas (abandono, ambiente familiar desestruturado e outros);
- b) atenção à adolescência (orientação pessoal e profissional, tempo livre, férias);
- c) atenção à juventude (política de juventude, associacionismo, voluntariado, atividades, emprego);
- d) atenção à família em suas necessidades existenciais (famílias desestruturadas, adoção, separações);
- e) atenção à terceira idade;

- f) atenção aos deficientes físicos, sensoriais e psíquicos;
- g) pedagogia hospitalar;
- h) prevenção e tratamento das toxicomanias e do alcoolismo;
- i) prevenção da delinquência juvenil (reeducação dos dissocializados);
- j) atenção a grupos marginalizados (imigrantes, minorias étnicas, presos e ex-presidiários);
- k) promoção da condição social da mulher;
- l) educação de adultos;
- m) animação sociocultural.

4 CONCLUSÃO

Nessa apresentação, a intenção primeira foi problematizar o conceito de cidadania e a sua presença na educação (e no campo educacional mais amplo). Para concluir, podemos afirmar que a cidadania está relacionada à idéia de direitos, participação sociopolítica e atitudes coletivas. Assim, no campo da Psicopedagogia, o desafio está na construção de projetos escolares de conotação coletiva, mas que resguardem os projetos individuais dos educadores; a construção de estratégias de participação da comunidade na escola, respeitando os princípios democráticos, e não meramente enfatizando ações voluntárias, que não carecem de envolvimento efetivo dos participantes.

O psicopedagogo deve ser um profissional que tem conhecimentos multidisciplinares, pois em um processo de avaliação diagnóstica, é necessário estabelecer e interpretar dados em várias áreas. O conhecimento dessas áreas fará com que o profissional compreenda o quadro- diagnóstico do aprendente e favoreça a escolha da metodologia mais adequada, ou seja, o processo corretor, com vista à superação das inadequações do aprendente. É necessário ressaltar, também, que a atualização profissional é imperiosa, uma vez que trabalhando com tantas áreas, a descoberta e a produção do conhecimento são bastante aceleradas. No que diz respeito à Pedagogia, a relação que podemos estabelecer com a Psicopedagogia é que ela representa uma das colunas de sustentação do emergente campo de conhecimento, assim como igual importância tem a Psicologia e outras áreas de conhecimento que o permeiam.

A Psicopedagogia nasceu, especialmente, da necessidade de compreensão e atendimento às pessoas com dificuldades e distúrbios de aprendizagem e, ao longo de sua estruturação, veio e vem adquirindo novas perspectivas.

The importance of Psicopedagogia in basic education paradigm as an active citizenship

Abstract

This reflection is as pivotal to the discussion about education for citizenship, and the analysis of its political dimension as the daily practice of Brazilian society. Looking up to a dialogue with the epistemological psychopedagogy and their role in society as a science that helps the social and educational reality of the subjects of history. We know that education for citizenship is an attempt to ensure that there is greater awareness in society so that they assume the responsibilities and social policies that fit him. All we know what is the role of psychopedagogy this perspective of education as a practice of citizenship.

Keywords: Education. Citizenship. Psychopedagogy.

Nota explicativa

¹ Texto apresentado em palestra realizada na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Silvânia, GO, para o Curso de Especialização *lato sensu* em Psicopedagogia, no dia 25 de junho de 2005.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel (Org.). **Trabalho, educação e prática**: revendo os vínculos entre trabalho e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

AVELAR, L. Mudanças estruturais, crise política e eleições. São Paulo em Perspectiva. **Revista Seade**, v. 8, n. 2, abr./jun. 1994.

BARBOSA, Laura Mont Serrat. **O projeto de trabalho** – uma forma de atuação psicopedagógica. Curitiba: Gráfica Arins, 1999.

BOSCHI, R. R. **A Arte da Associação Política de Base e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e Quarto ciclos do ensino fundamental. Temas Transversais. Brasília, DF, 1998.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CAMACHO, D. Movimentos sociais, algumas discussões conceituais. In: SCHERER WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Org.). **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARONE, E. **Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Competências na Psicopedagogia: um enfoque para o novo milênio. In: **Revista Psicopedagogia**, v. 19, n. 59, 2002.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots**. California: Ed. University of California Press, 1983.

COLOM, A. J. Pedagogia Social e intervención socioeducativa. In: COLOM, A. J. (Coord.). **Modelos de intervención socioeducativa**. Madrid: Narcea, 1987.

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente**: ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo, 2002.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2000.

ETXEBERRIA, F. (Coord.). **Pedagogia Social y educación no escolar**. San Sebastián: Universidad del País Vasco, 1989.

FAGALI, Eloísa Quadros; VALE, Zélia Del Rio do. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERMOSO, P. **Pedagogia social**. Fundamentación científica. Barcelona: Editorial Helder, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **O que é Pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRYBOWSK, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Vozes/Fase, 1987.

HOBSBAWN, E. J. **Rebeldes primitivos** – estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IANNI, O. A Sociologia e o mundo moderno. **Revista PUC**, São Paulo, n. 5, 1988.

KIGUEL, Sonia Moojen. Reabilitação em Neurologia e Psiquiatria Infantil – aspectos psicopedagógicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA INFANTIL – A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DA DÉCADA DE 80, 2., 1983, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Abenepe, 1983.

LOPEZ HIDALGO, J. **Los servicios sociales**. Madrid: Narcea, 1992.

MACHADO, E. M. **Contexto sócio-educacional no Estado do Paraná: formação pedagógica e análise do trabalho do pedagogo na área social**. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação)–Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, 1998.

MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 1997.

MELUCCI, A. Movimentos sociais e sociedade complexa. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais**, PUC, n. 2, abr. 1997.

PETRUS, A. Educación Social y perfil del educador/a social. In: SAEZ, J. (Coord.). **El educador social**. Murcia: Universidade de Murcia, 1994.

_____. (Coord.). **Pedagogia Social**. Barcelona: Ariel, 1977.

PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.

QUINTANA, J. M. **Pedagogía Social**. Madrid: Dykinson, 1988.

RENON, K. D. Movimentos Sociais. In: BOTTOMORE, W.; DUTHWAITE, W. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REQUEJO, A.; CARIDE, J. A. La formación de animadores: Universidad de Santiago de Compostela. In: MARIN IBÁÑEZ, R.; PEREZ-SERRANO, G. (Org.). **La Pedagogía Social en la universidad**. Realidad y prospectiva. Madrid: ICE, Uned, 1986.

RIBEIRO, R. J. Democracia. **Folha de São Paulo**, 31 dez. 2000. Caderno Mais.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade Escolar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCOZ, Beatriz et al. **Psicopedagogia** – o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADES EDUCADORAS CONTRA A EXCLUSÃO E PELA PAZ, 1996. **Anais...** Curitiba: Unesco/AUGM/UFPR, 1996.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal do que se trata. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

THOMPSON, E. P. A. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, C. A. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRILLA, J. **La Educacion fuera de la escuela**. Ambitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 1996.

VENTOSA, V. J. **Educación social, animación e instituciones**. Madrid: Editores CCS, 1992.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

